Sanções e controle de exportações: medidas da ONU, Rússia e sanções secundárias

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Um polo comercial vive da liberdade de circulação de mercadorias, navios e pagamentos. As sanções existem para deter parte deles. Para Singapura, cujo porto movimenta cargas de todas as grandes economias e cujos bancos e negociantes lidam diariamente com contrapartes na Rússia, na China, nos países vizinhos do Irã, no Golfo e no Ocidente, o direito das sanções é, portanto, mais do que um tema de compliance. Ele define a posição da cidade quando as grandes potências divergem. Durante a maior parte da sua história como Estado independente, Singapura respondeu a essa questão com uma única regra: aplica as sanções do Conselho de Segurança das Nações Unidas e nenhuma outra. A invasão russa da Ucrânia em fevereiro de 2022 levou à primeira exceção significativa em mais de quatro décadas.

Este capítulo examina o panorama das sanções de um polo situado entre o Oriente e o Ocidente. Começa pelo mecanismo jurídico por meio do qual Singapura dá efeito às sanções das Nações Unidas e pela jurisprudência que define os seus limites. Analisa em seguida as medidas adotadas contra a Rússia em 2022 e a sua evolução posterior. Uma terceira seção trata dos regimes norte-americano e europeu, que

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Singapura não aplica e que, ainda assim, vinculam os seus bancos, negociantes e armadores por meio do dólar, dos bancos correspondentes e dos seus contratos. O capítulo examina depois a dimensão marítima, das transferências de navio para navio nas águas ao redor de Singapura às frotas fantasmas que transportam petróleo sob sanções, e termina com o controle dos bens estratégicos.

A comparação com o volume sobre Genebra percorre todo o capítulo. O seu capítulo sobre sanções abria com a decisão do Conselho Federal suíço de 28 de fevereiro de 2022 de adotar as sanções da União Europeia contra a Rússia. Encerrava-se com o paralelo com as ordenanças de Luís XI, que em 1462 isolaram as feiras de Genebra por decreto real. Singapura anunciou as suas próprias medidas no mesmo dia, mas agiu sozinha, com instrumentos próprios e com um alcance mais restrito. A diferença reflete duas respostas ao mesmo problema. Uma praça comercial que vive de fluxos decididos em outros lugares precisa escolher até que ponto se alinha com as potências capazes de interrompê-los.

O essencial

Singapura aplica as sanções do Conselho de Segurança das Nações Unidas por meio do United Nations Act 2001, de regulamentos da Monetary Authority of Singapore para as instituições financeiras e de controles comerciais administrados pela Singapore Customs. Por princípio, não aplica sanções unilaterais adotadas por outros Estados. As medidas contra a Rússia anunciadas em 28 de fevereiro e 5 de março de 2022 foram uma rara exceção: proíbem a exportação para a Rússia de bens militares e de determinados itens eletrônicos, de informática e de telecomunicações e impedem as instituições financeiras de negociar com quatro bancos russos e de financiar nova dívida pública russa. As sanções norte-americanas, europeias e britânicas alcançam Singapura indiretamente por meio do dólar, dos bancos correspondentes, das seguradoras e das contrapartes contratuais, o que lhes confere força comercial na cidade. As transferências de navio para navio nas águas ao redor de Singapura e o crescimento das frotas fantasmas que transportam petróleo russo e iraniano fizeram do risco marítimo um tema central de compliance. O Strategic

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Goods (Control) Act, em vigor desde 1º de janeiro de 2003, controla a exportação, o transbordo, o trânsito, a intermediação e a transferência intangível de bens militares e de uso dual.

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.